

# A DINÂMICA DO SUBDESENVOLVIMENTO E A TENSÃO HÍDRICA NA BAHIA

*Bahia's underdevelopment dynamics and water crisis*

Fernando Cardoso Pedrão

# A DINÂMICA DO SUBDESENVOLVIMENTO E A TENSÃO HÍDRICA NA BAHIA

*Bahia's underdevelopment dynamics and water crisis*

Fernando Cardoso Pedrão

**Resumo:** Esse artigo retoma a polêmica do subdesenvolvimento econômico e usa como ilustração o caso dos recursos hídricos no Estado da Bahia, Brasil. O texto discute a dialética do desenvolvimento, as tendências conjunturais, o modelo de subdesenvolvimento e a necessidade do planejamento regional como elemento para superar o atraso e as tensões causadas pela gestão da economia regional. Como conclusão a análise aponta que o subdesenvolvimento está condicionado pela disputa mundial de poder e estão determinados pelos movimentos de concentração de capital e de renda. O Brasil e suas regiões se encontram em uma conjuntura de disfunção de suas políticas econômicas em relação com seus problemas de crescente subdesenvolvimento.

**Palavras-chaves:** subdesenvolvimento, desenvolvimento regional, planejamento regional, economia regional.

**Abstract:** *This paper resumes the controversy of economic underdevelopment and uses as an illustration the case of water resources in the State of Bahia, Brazil. The text discusses the dialectic of development, the conjuncture trends, the underdevelopment model and the need for regional planning as an element to overcome the backwardness and tensions caused by the management of the regional economy. In conclusion, the analysis points out that underdevelopment are conditioned by the world power dispute and is determined by the movements of capital and income concentration. Brazil and its regions are at a juncture of dysfunctional economic policies in relation to their problems of growing underdevelopment.*

**Keywords:** *underdevelopment, regional development, regional planning, regional economy.*

**Resumen:** *Este artículo retoma la controversia del subdesarrollo económico y utiliza como ejemplo el caso de los recursos hídricos en el estado de Bahía, Brasil. El texto analiza la dialéctica del desarrollo, las tendencias de la coyuntura, el modelo de subdesarrollo y la necesidad de la planificación regional como elemento para superar el atraso y las tensiones causadas por la gestión de la economía regional. En conclusión, el análisis señala que el subdesarrollo está condicionado por la disputa por el poder mundial y está determinado por los movimientos de capital y la concentración del ingreso. Brasil y sus regiones se encuentran en una coyuntura de políticas económicas disfuncionales en relación con sus problemas de subdesarrollo creciente.*

**Palabras clave:** *subdesarrollo, desarrollo regional, planificación regional, economía regional.*



## UMA ESCOLHA DE ABORDAGEM

Hoje há razões imperativas para retomar a polêmica sobre o subdesenvolvimento, recolhendo o bastão de trabalhos de Raul Prebisch<sup>1</sup>, Celso Furtado<sup>2</sup> e Osvaldo Sunkel<sup>3</sup>. O sistema mundial de poder se pluralizou, mas continuou operando sobre bases imperiais, quando as nações em via de desenvolvimento se encontram de fato mais dependentes que há quarenta nos atrás. Para sair dessa dinâmica negativa o Brasil precisa construir um novo modelo de economia e para isso, um modelo de política econômica.

Nas condições atuais são necessários alguns princípios gerais para orientar um estudo do subdesenvolvimento, que se remontam à memória da economia clássica e à das lutas pelo desenvolvimento desde Lázaro Cárdenas a Raul Prebisch. O subdesenvolvimento muda de forma, abrangência e intensidade ao longo do tempo e são diversas forças que atuam na realimentação do atraso. Por isso, é preciso começar por estabelecer quais são os princípios reitores da economia mundial na realidade atual. Primeiro, na economia globalizada de hoje é preciso começar por situar os processos locais no contexto da atualidade mundial. Segundo, impõe-se reconhecer que se trata de processos que carregam tendências, portanto, que têm efeitos acumulativos e desenvolvem contradições entre a esfera econômica, a da política e a das condições culturais da vida. Terceiro, que os processos sociais têm relações interativas com o meio físico, que são atingidos por alterações decisivas do ambiente que se aceleram. Quarto, que a economia é um processo cultural em que há uma racionalidade aparente e um jogo de poder submerso que constitui um sistema de controle indireto da mecânica das relações imediatas. Quinto, que é preciso desenterrar a genética dos processos sociais em sua raiz histórica.

Esses princípios negam o simplismo da macroeconomia abstrata e da microeconomia estática da economia positivista, nas diversas modalidades de marginalismo, tanto dos ditos neoclássicos como dos keynesianos. Esta abordagem representa o que se deve entender como realismo histórico que vê os processos sociais da economia como progressões de contradições, nas quais tanto as instituições como os agentes, públicos e privados, estão submetidos a processos irreversíveis de mudança. O mundo social da economia muda junto com o do seu ambiente físico ao qual precisa se adaptar para sobreviver.

A aceleração da renovação de tecnologias, que é um processo comandado pelos interesses do grande capital, revelou a contradição essencial do sistema do capitalismo que surge do contraste entre uma formação de capital sujeita a incerteza crescente e a tendência à desvalorização social que toma as formas de desemprego e exclusão e tem o efeito final de deprimir a demanda. Em suma, as modificações nas condições concretas da economia obrigam a rever as noções de desenvolvimento e de subdesenvolvimento e a examinar a dinâmica do subdesenvolvimento como um processo alternativo ao do desenvolvimento.

## 2. A DIALÉTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Desde um trabalho de Colin Clark em 1949 se via o subdesenvolvimento como um atraso relativo que envolvia pobreza e falta de oportunidades para as maiorias. O

<sup>1</sup> Raul Prebisch, *Capitalismo periférico, crisis y transformación*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.

<sup>2</sup> Celso Furtado, *Prefácio a uma nova economia política*. São Paulo, Paz e Terra, 1976.

<sup>3</sup> Osvaldo Sunkel e Pedro Paz. *La teoría del subdesarrollo*. México. Siglo XXI, 1967.

subdesenvolvimento seria imediatamente afetado por mais instabilidade e menos crescimento, como mostrou Daniel Hamberg em 1959, sem querer reafirmando a tese de Marx que a tendência da acumulação de capita leva a instabilidade crescente do sistema produtivo. Mas logo tornou-se claro que não é só isso. O subdesenvolvimento é um processo social negativo que se estende a educação, saúde, cultura em geral e principalmente a política. É preciso reconhecer que os movimentos de subdesenvolvimento são internacionais, atingem países em diversos níveis de urbanização e industrialização e geram estamentos sociais dependentes e truculentos. Assim, a análise do subdesenvolvimento torna inoperantes dos estudos setoriais convencionais tais como de economia da indústria ou da agricultura. Cada setor produtivo opera sobre um conjunto de sistemas de infraestrutura e em interação com um sistema político.

Os sistemas políticos nacionais representam interesses de segmentos sociais conservadores que apenas toleram mudanças insignificantes e se acolhem a condições de exploração por sua vez ligadas à falta de mobilidade dos trabalhadores. A internacionalização do sistema produtivo funcionou como dinamizador do subdesenvolvimento, criando novos modos de dependência. O subdesenvolvimento é o lado negativo da reprodução concentradora das diversas forças do capital e se torna a atualização da dependência.

### **3. TENDÊNCIAS CONJUNTURAIS E DESLOCAMENTOS DE ESTRUTURA**

O fim da década de 1960 marcou uma concentração do poder das nações hegemônicas, com correspondente realinhamento nas relações entre os países centrais e demarcação dos espaços de mercado das nações periféricas. Resultou em concentração regional das economias semi-industrializadas como o Brasil desativando o planejamento regional. O fim do planejamento regional atingiu a Itália, a Espanha, além do Brasil, do México, do Chile e da Argentina. Problemas com exportações de minérios como de cobre, ferro e manganês apenas apontam ao fato que esses países não conseguiram alcançar os coeficientes de importação necessários para sua industrialização.

O estudo da tragédia do bloqueio do desenvolvimento regional no Brasil tem que começar por uma visão realista de seu condicionamento exterior que hoje está dado pela dinâmica das relações internacionais. Os efeitos internacionais variam de uma região a outra e o exemplo da Bahia se torna um dos mais graves no país.

Cabe considerar que os termos das relações internacionais se definem desde a década de 1960 e ganharam novo perfil neste século com a ascensão da China e a recomposição da Rússia. A década de 1960 marcou uma mudança no sistema mundial de poder em que houve uma perda de impulso da hegemonia norte-americana concomitante com um aumento do peso relativo da Alemanha e do Japão. Essa brecha seria consagrada pelo acordo da Trilateral em 1983 e fechada pela política centralista do período Reagan. A recomposição da distância hegemônica norte-americana se fez pelo centralismo da política financeira que definiu espaços estratégicos para as potências aliadas, especialmente para as europeias.

O momento da economia mundial em geral e em especial das relações entre os países dominantes e a maioria dos outros, está caracterizado por um bloqueio das possibilidades de desenvolvimento autônomo. As economias ditas periféricas dependem de uma demanda internacional controlada pelos países hegemônicos e a renovação tecnológica depende de políticas de empresas multinacionais. Em consequência, há um recrudescimento das tendências ao subdesenvolvimento na

América Latina em geral e especialmente no Brasil, representado pela atualização da subalternidade às grandes potências.

No Brasil, a reprimarização da economia consequente do esgotamento da tentativa de desenvolvimento industrial concebido na década de 1960 é a marca regional de tendências mundiais representadas pelas privatizações, pela privatização desnacionalizada do sistema educativo, pela mercantilização do poder legislativo. As novas revoltas, como a do Chile, respondem à falta de oportunidades para as classes médias que estão ligadas com as classes populares.

O desastre hídrico é parte essencial de um modelo econômico reprodutor do subdesenvolvimento que aponta a produção de soja para exportação e ignora as condições de produção de alimentos. Em nova versão há uma opção pelo primarismo da produção adaptada aos interesses de grandes capitais. Na última seca a Bahia perdeu mais da metade de seu rebanho bovino. A produção de alimentos veio abaixo e com ela a revelação do desastre agrário. A tragédia da economia baiana é anterior e maior que a saída da Petrobrás do estado – por maior que seja seu impacto - que apenas confirma a incompatibilidade de esperar uma dinâmica de desenvolvimento sobre estratégias do grande capital.

#### 4. O MODELO BÁSICO DE SUBDESENVOLVIMENTO

A polêmica acerca um modelo regional de desenvolvimento que contrapôs Celso Furtado e Rômulo Almeida no início dos anos 60 levantava um problema brasileiro essencial, relativo às possibilidades de variações regionais do modelo nacional dependente. O subdesenvolvimento foi inicialmente percebido como uma distância que se acumula em relação com os países que lideram o progresso tecno-econômico. É mérito de Celso Furtado (1961) e de Samir Amin (1967) terem alertado para o lado negativo do progresso. O aspecto regional do subdesenvolvimento só seria registrado, na América Latina<sup>4</sup>, por estudos que mostraram os fundamentos espaço-temporais dos investimentos. O modelo de industrialização dependente provou ser incapaz de superar os empecilhos do sistema internacional de financiamento <sup>5</sup>.

A questão regional surge como um novo recorte da leitura da totalidade nacional. O agravamento dos desajustes entre a infraestrutura e superestrutura, transportes e energia de um lado e comunicações e finanças do outro, tornou-se decisivo desde a virada do século, com o desenvolvimento da informática e a desintermediação bancária. O essencial é que mudaram as formas de dependência entre os países que concentram capacidade de investir, que realizam a fusão entre público e privado, e os países que dependem de investimentos externos para manter sua capacidade produtiva. A dependência externa se aprofundou e esgotaram-se as margens de manobra para operar de modo independente. O novo jogo mundial de dependências torna necessário considerar vantagens e desvantagens espaço-temporais.

Torna-se claro que se tratava de avaliar margens de autonomia de decisão para as quais era preciso reconhecer condições de mercado e de qualificação do trabalho em seus diversos níveis. Também estava claro que o primeiro problema de qualificação é dos dirigentes em geral, na esfera pública e na privada. Esse problema, levantado no relatório de Hans Singer em 1948<sup>n</sup> e de Stefan Robock em 1956, revelou-se mais

<sup>4</sup> Trabalhos de Luis Unikel no México, Luis Urduñeta na Venezuela, de Jorge Hardoy e de Enrique Melchior, Alejandro Rofman e José Coraggio na Argentina. O debate foi recolhido em *Planificación regional y urbana en América Latina*, Fernando Pedrão e Karl Stanzick (org.).

<sup>5</sup> Acerca dessa dificuldade vale a pena voltar a ler as propostas de política econômica de Roberto Campos e Mario Simonsen que negavam sua profissão de fé liberalista.

renitente e se projetou na baixa qualificação dos poderes legislativos federal e estaduais até hoje. A insistência de Robock e adiante de Celso Furtado em qualificação apontava aos inconvenientes do sistema populista e dinástico de um sistema legislativo defensor de interesses tradicionais e obstrutor da modernização. Desde as primeiras propostas da década de 1950 até as da “nova república” na década de 1980 todas as propostas de planos regionais alternativos foram obstruídas ou desvirtuadas pelos legislativos que consideram submeter tudo a negociações partidárias<sup>6</sup>.

À primeira vista a perspectiva regional parece não ter espaço com discursos dependentes das políticas macroeconômicas repetitivas e imobilistas<sup>7</sup>. Mantendo-se nos limites das receitas tradicionais de exportações e de reprodução de um setor privado dependente de contratos públicos os planos regionais no Chile, no Perú e não só no Brasil, têm sido planos consequentes com as condições gerais de dependência. A exploração progressiva de margens de autonomia, que adiante podem flexibilizar os modelos nacionais, foi inibida pela prevalência de políticas nacionais guiadas por variáveis microeconômicas na perspectiva do capital financeiro, como é o caso notório do Brasil<sup>8</sup>.

Essas políticas nominalmente neoclássicas, de fato microeconômicas e financeiras<sup>9</sup>, operam sobre quadros de sensibilidade da matriz financeira global, como é a relação entre dados globais de balanço de pagamento e de contas do governo. Consideram as empresas por seu valor imediato de mercado e não consideram sua eficiência produtiva. Não consideram as restrições espaço-temporais como são as variações hídricas e o desempenho da produção rural.

## 5. O SEMIÁRIDO E A TRAGÉDIA HÍDRICA

Na consideração do semiárido como potencial de uma política regional (FERREIRA, 2016) é preciso partir da variedade de condições edafoclimáticas da região e da reconhecida adaptação do sistema produtivo ao meio físico. Sob a agressão do grande capital a dinâmica negativa do ambiente se torna uma variável incontrollável do subdesenvolvimento.

Os principais problemas da região semiárida brasileira são os efeitos acumulados de práticas desastrosas de desmatamento e de políticas equivocadas de barragens que acentuam o impacto da irregularidade hídrica. O agravamento dos efeitos das secas terá que ser considerado como uma tendência reversível que pode ser enfrentada com políticas graduais de responsabilidade social.

A tragédia hídrica no Brasil em geral, no Nordeste em especial surge. Há em marcha uma tragédia hídrica no Brasil que tem traços especiais na Bahia onde configura um modelo de subdesenvolvimento que ameaça se tornar irreversível. Com uma população equivalente à da Venezuela e à do Chile e um território 1.000 km<sup>2</sup> maior que a França a Bahia vê seu território reconhecido como semiárido passar de

<sup>6</sup> Registra-se que o governo conservador do Chile acaba de reduzir pela metade os salários dos deputados. Na Suécia os legisladores pagam seus próprios hotéis e refeições.

<sup>7</sup> Também ver de Celso Furtado seu *Não à recessão e ao desemprego* (1972)

<sup>8</sup> O recrudescimento de políticas conservadoras radicais, sempre com os ícones da privatização e da eficiência financeira, significa transferir para o grande capital privado a acumulação realizada pelo governo, admitindo como custo inevitável a desnacionalização da capacidade produtiva e a desvalorização do trabalho.

<sup>9</sup> A consistência lógica desses modelos depende de condições de plena financeirização do sistema que não acontece nem nos Estados Unidos. Não reconhecem as consequências das desigualdades financeiras antes das desigualdades sociais. Por isso forçam os pequenos poupadores a práticas defensivas tais como o entesouramento, já que o endividamento se torna um fator de risco profundo.

65% a 78% neste século. O que está em pauta não é um desenvolvimento técnico do semiárido, mas a valorização social da sociedade sertaneja que mora no semiárido.

A tragédia hídrica é parte de uma tendência nacional de maior escala em que o governo brasileiro jamais foi capaz de montar uma política significativa para a bacia do Rio São Francisco cuja vazão baixou de uns 2.800 m<sup>3</sup> para menos de 1.000 m<sup>3</sup> enquanto aumentam os usos incontrolados de água desde a produção de açúcar e de vinho até as demandas urbanas de Petrolina até Penedo. Nesse processo o lago de Sobradinho, o maior do mundo foi praticamente destruído.

São dois lados da mesma moeda. De um lado, a Bahia sofre as consequências da inexistência de uma política nacional para a bacia do Rio São Francisco onde se implantou um projeto de transposição de águas enquanto se depredavam as nascentes, e as bacias auxiliares em Minas Gerais, e se ignorava a necessidade de transposição de águas do Rio Tocantins. Por outro lado, incorreu em graves erros de política de desenvolvimento ao cancelar o planejamento da bacia do Rio Paraguaçu e abandonar o planejamento de barragens no Rio Itapicuru.

Alguns dados sobre o semiárido são esclarecedores. Há importantes diferenças entre o semiárido setentrional e o meridional em que este último está marcado pela influência da bacia do Rio São Francisco e contém grandes áreas que não estão expostas a seca.

## 6. O IMPERATIVO DO PLANEJAMENTO REGIONAL

O círculo vicioso das políticas estáticas de base financeira que se repetem como políticas de contenção, por isso incompatíveis com desenvolvimento, de contração do Estado, se enfrenta com as limitações do Estado liberal para garantir investimentos estratégicos. Com o grosso dos investimentos controlado por grandes capitais que monopolizam os espaços de mercado, reduz-se a capacidade do governo para usar efetivamente a taxa de investimento. No contexto de uma economia nacional como a brasileira os resultados que se obtém na forma de poupança financeira do governo não significam poder efetivo de controle sobre a taxa de crescimento do produto. Lucros de grandes empresas não se confundem com prosperidade nacional<sup>10</sup>. Na situação concreta da economia brasileira, além das quantidades globais de investimento, para seu efeito dinâmico se concretize é preciso que haja complementaridade entre a → da formação de capital e a do capital existente. É o efeito da dinâmica interindustrial, que explica a dinâmica da produção industrial (CHENERY&CLAKE, 1959).

Nesse contexto, a necessidade de tratar com a realidade histórica da economia nacional obriga a considerar as condições espaço-temporais dos investimentos e do consumo<sup>11</sup>. A suposta atemporalidade do mundo financeiro é uma falácia que não resiste à análise das inter-relações entre a esfera real e a financeira (ADLER, 1969). A velocidade do capital financeiro depende da do mundo da indústria. Numa economia dependente do componente de capital internacional como a brasileira, entretanto, a indústria se torna um sócio passivo do capital financeiro por ser insolvente por

<sup>10</sup> As intermináveis verificações de práticas de corrupção de grandes empresas obrigam a ver os interesses das empresas como contraditórios com os interesses nacionais e desmonta os argumentos favoráveis à privatização que supõem que o setor privado seja mais eficiente que o público. As privatizações são oportunidades de transferir acumulação realizada pelo governo para empresas oligopolistas.

<sup>11</sup> Não se pode passar por alto que a revolução do capitalismo na terceira revolução industrial está inseparavelmente ligada à extensão e ao aprofundamento do consumo e principalmente fora da Europa. A entrada da China e da Índia no mercado de consumo modifica por completo os planos das empresas produtoras de bens de consumo, tanto dos convencionais como dos novos itens de informática.

trabalhar com margens de endividamento incompatíveis com sua liquidez. Assim, a possibilidade de uma progressão alternativa à da dependência depende de formas de produção com outras articulações interindustriais, apontando a redes de redes de produção articuladas com redes de comercialização, tanto como de novas articulações com o sistema político. Todas essas alternativas implicam em articulações internacionais visualizadas sobre bases territoriais. Por exemplo, um estilo de produção rural para exportar para países ricos com pouca terra arável, ou encontrar novas linhas de qualificação do trabalho.

## CONCLUSÕES

Os processos de subdesenvolvimento hoje estão condicionados pela disputa mundial de poder e estão determinados pelos efeitos finais dos movimentos de concentração de capital e de renda, que se materializam em constrição da demanda das maiorias. Inevitável ter que rever a teoria da demanda que não é mais atribuível a um efeito geral de renda, como aparece em Keynes, mas que resulta de um mapa visível de renda desigual. A base social da demanda é o fundamento da composição do consumo que sustenta a economia nacional. Na perspectiva conservadora o Estado apenas acompanha as manifestações do mercado que reproduzem a desigualdade social e não tem compromisso algum com a reversão das desigualdades.

O que há são gastos públicos estrangidos, como de manutenção de estradas, que são usados para favorecer grupos de poder. O sistema conservador está baseado em corrupção e tolerância com um desvirtuamento dos poderes legislativo e judiciário. Com uma estrutura produtiva pré determinada pela demanda bélica e de material de alta tecnologia atraída pela produção bélica. Esse condicionamento da demanda demarca uma diferença fundamental entre as condições de desigualdade da anterior economia industrial e as do capitalismo atual, em que predominam os serviços de comunicação e os financeiros. É quando se descobre que agora são sistemas que só se reproduzem por uma demanda garantida, que é a que surge da nova combinação de público e privado centrada nas grandes potencias. A corrida armamentista mantida pelo estado de quase guerra substitui o intervencionismo keynesiano. É uma demanda condicionada pelos custos bélicos do ambiente de conflito controlado entre as grandes potencias que contamina nações de segunda linha como Israel, Iran. Turquia. Termos genéricos como democracia e autonomia precisam ser qualificados por processos sociais concretos como de mobilidade social (GAUDEMAR,1973) identidade cultural (HALL, 2002). Há uma originalidade dos processos atuais

O Brasil em geral e suas diversas regiões encontram-se em uma conjuntura de disfunção de suas políticas econômicas em relação com seus problemas de crescente subdesenvolvimento. Aprofunda-se a pressão pela constrição do mercado interno e não há proposta alguma de política de desenvolvimento que se adeque ao mercado mundial. Nos moldes da economia globalizada só se conseguem resultados de formação de riqueza com desnacionalização e concentração de renda. Ao se desvanecerem os compromissos com o projeto nacional descobre-se a real internacionalidade do capital.

## REFERÊNCIAS

ADLER, J, **Recursos reales y financieros para el desarrollo**. México. CEMLA, 1969.

AMIN, S, **La acumulación del capital**. México. Siglo XXI. 1972

CHENERY, H. **Structural change and development policy**. Washington, World Bank, 1979

CHENERY, H.; CLARKE, P. **Interindustry economics**. New York, John Wiley, 1959.

COSIO VILLEGAS, D. **El sistema político mexicano**. México. Joaquín Mortiz, 1982.

FERREIRA, I. **Semiárido baiano, a dinâmica contraditória**. Feira de Santana, Baraúna. 2015.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Água e desenvolvimento sustentável no semiárido**. Fortaleza, 2002.

FURTADO, C. **Crescimento e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Cultura, 1961**.

FURTADO, C. **Não à recessão e ao desemprego**. São Paulo, Paz e terra, 1972

FURTADO, C. **La economía latino-americana, formación histórica y problemas contemporáneos**. México. Siglo XXI, 1985.

GILLY, A. **La revolución interrumpida**. El caballito, México, 1971.

GAUDEMAR, J.P. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México, ERA, 1977.

HALL, S. **Identidade na sociedade pós moderna**

MENDOZA, E. **Análise regional da sustentabilidade de sistemas antrópicos**. Salvador. Unifacs, 2004.

PEDRÃO, F. **Rever o semiárido. Salvador, Análise e Dados, 2008**.

PEDRÃO, F. **A questão nacional do Rio São Francisco**. Salvador, RDE, 2015.

PEDRÃO, F. **A dialética de civilização e barbárie**. Salvador. IBRAPSE. 2018.

PEDRÃO, F. **Las desigualdades regionales en el desarrollo económico**. México. El Trimestre Económico. 1964.

SWEEZY, P. **Teoria del desarrollo capitalista**. México, Fondo de Cultura Económica. 1985.

*Submetido em 12/12/2019*  
*Aprovado em 20/3/2020*

**Sobre o(s) Autor(es):**

**Fernando Cardoso Pedrão**

Doutor e Docente Livre pela Universidade Federal da Bahia. Membro da Academia de Ciências da Bahia. Fundador do Centro de Estudos Sociais. Email: fernandopedrao@gmail.com